



Ex-ministro Humberto Costa considera que o país tem balança comercial deficitária em um setor que representa 9% do PIB e emprega 15% da População Economicamente Ativa. Painel debateu o peso do bem-estar para o avanço e o equilíbrio da sociedade

Investir em saúde é fomentar a economia

» VINICIUS DORIA

Os obstáculos que a área da saúde enfrenta no Brasil e as propostas que apontem soluções para os graves problemas do setor em um país com severas restrições econômicas foram os temas de um dos painéis do seminário Desafios 2023 — o Brasil que queremos, promovido pelo Correio Braziliense, ontem, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. O debate sobre o tema foi aberto pelo senador Humberto Costa (PT-PE), ex-ministro da Saúde, que coordenou a elaboração do programa de governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para a área.

Para o senador, saúde é um investimento que a sociedade deve fazer porque, além de ser um serviço essencial e universalizado, representa 9% do PIB e emprega 15% da População Economicamente Ativa (PEA), com nível de emprego qualificado. Mas ele lembra que esse é um setor em que a balança comercial brasileira é deficitária, na medida em que há uma grande concentração de produção de insumos em poucos países.

"O Brasil pode recuperar a sua capacidade produtiva no setor", disse ele, apontando que essa será uma das prioridades do futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. "Vamos recompor estruturas da área da saúde, da ciência e da tecnologia. (Vamos) retomar investimentos e atrair agentes privados para o desenvolvimento de ciência e tecnologia para a área da saúde", garantiu.

Ele defendeu políticas públicas de incentivo a esses investimentos, com revisão da estrutura tributária do país. Para Costa, é preciso estimular tanto a pesquisa clínica quanto a



Segundo o ex-ministro da Saúde (no telão), a revisão da estrutura tributária abrirá espaço para a realocação de mais recursos para o setor

inovação tecnológica e de processos. "Além de atrair investimentos com políticas adequadas, vamos apostar na capacidade deste país para criação de patentes próprias", afirmou. Por isso, defendeu a reformulação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) "para termos patentes em vários segmentos econômicos importantes".

O senador também discorreu sobre a necessidade de o país estimular setores nos quais já tem

conhecimento no campo da saúde. Ele lembrou que, no auge da pandemia de covid-19, o Brasil se viu obrigado a importar produtos "que nós temos capacidade de produzir", como ventiladores para suporte respiratório, máscaras, luvas e medicamentos básicos.

Parcerias

Costa também defendeu o modelo de parcerias público-privadas "com segurança

jurídica" para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), considerado por ele "um espaço de consumo relevante", com quase 170 milhões de usuários, além dos 50 milhões de pessoas que utilizam a saúde suplementar.

O ex-ministro da Saúde apontou mais três desafios, como a formulação de políticas que sejam capazes de melhorar a gestão da área da saúde pública; eliminação de desperdícios;

e redução da possibilidade de haver corrupção, com o desenvolvimento de sistemas de informação e ampliação das tecnologias digitais. Ele indica o atendimento especializado de média complexidade como o principal gargalo do setor, "com filas e dificuldade de acesso a especialistas". A tecnologia digital, para o senador, "é um caminho importante para melhorar esse atendimento e a gestão do sistema".

Não há dúvida de que os desafios são enormes e demandam soluções inovadoras, com um caminho para o atendimento personalizado

Paulo Rebello, presidente da ANS

Plano privado sustentável

» MICHELLE PORTELA

De cada quatro pessoas, uma tem plano de saúde privado no Brasil. Atualmente, são mais de 50,2 milhões de usuários, sendo que 30,3 milhões têm acesso aos serviços odontológicos. De acordo com o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Paulo Rebello, a assistência suplementar deve adotar um modelo mais sustentável, sobretudo com a adoção de novas técnicas.

"A gente espera um futuro em que a tecnologia terá um papel central nesse contexto. Não há dúvida de que os desafios são enormes e demandam soluções inovadoras, com um caminho para o atendimento personalizado", avaliou, durante o seminário Desafios 2023 — O Brasil que queremos.

O financiamento do setor, portanto, deverá ser tema de importância para o novo governo, que também deverá priorizar o acesso à saúde, em todos os modelos. Rebello, porém, chamou a atenção para o fato de que com



Rebello: mudança na legislação dos planos teve impacto nos custos

a mudança na legislação — que obrigou os planos de saúde a atenderem demandas de tratamento não previstas no rol taxativo da ANS —, a consequência é o encarecimento do serviço de saúde suplementar.

"Caminhamos para um atendimento personalizado, mas temos a oportunidade de aplicar o conceito de valor em saúde", explicou, deixando claro que qualidade e tecnologia de ponta custam caro.

Em todo o país, existem 719 operadoras em atividade e outros 14.492 planos ativos, de acordo com a ANS. "Um dos desafios é que a garantia de um atendimento de qualidade tem de ser colocada na conta. Estamos em um mundo em transição, com mudanças estruturais significativas que podem revolucionar o curso de diversas situações de saúde. A pandemia de covid-19 evidenciou ainda mais essa questão", observou.

Saúde ruim atrasa avanços

» ALINE GOUVÊA

A ausência de uma saúde pública de qualidade tem um sério impacto no desenvolvimento do país e no equilíbrio da sociedade. Por causa disso, Marlene Oliveira, presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida, aponta como uma saída para a redução das desigualdades a reestruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) no sentido de dar mais atenção à prevenção e aos diagnósticos precoces.

Ao expor a análise no seminário Desafios 2023 — O Brasil que queremos, Marlene aponta que já passou da hora de uma transformação na saúde pública "que resulte em políticas públicas que vão além do papel". "Precisamos repensar a estrutura como um todo. Nossa desafio é grande. Falamos muito em financiamento da saúde, em recursos. Mas temos que olhar para a estrutura também, para os desperdícios e a corrupção", ressaltou.

Segundo Marlene, a saúde pública brasileira não é pensada para ser um programa de Estado, mas sim de governo. Ela salienta que isso pode ser constatado no fato

de que a maioria dos candidatos, nas eleições, coloca o setor como prioridade, mas, na prática, esse compromisso não se materializa. Ela ressalta que, para inverter essa lógica perversa, é importante o envolvimento e cobrança da sociedade civil para que as demandas possam ser atendidas.

A presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida também propõe que haja um intenso diálogo entre todos os setores da saúde para ter um olhar para as doenças raras, cardíacas, cardiovasculares e cânceres", cobrou.



Para Marlene, a saúde pública não tem foco na prevenção de doenças

personagem central do cuidado. Somente dessa maneira é que se obterá das administrações públicas políticas direcionadas para o desenvolvimento do setor. Marlene dá como prova dessa desconfiança um dado alarmante: 30% das pessoas diagnosticadas com doenças raras no Brasil morrem antes dos cinco anos de idade. "O que nós estamos fazendo para ter um olhar para as doenças raras, cardíacas, cardiovasculares e cânceres?", cobrou.